

## A experiência da mulher leitora no romance *A cocanha*, de José Clemente Pozenato

### The experience of the woman reader in the novel *A cocanha*, of José Clemente Pozenato

Letícia Lima<sup>1</sup>  
Elisa Capelari Pedrozo<sup>2</sup>

#### Resumo

*Este artigo tem como objetivo analisar a presença da mulher leitora no romance *A cocanha* (2000), de José Clemente Pozenato, representada pela personagem *Giulietta*, bem como o papel da mulher na sociedade do século XIX, especialmente na Região de Colonização Italiana nas últimas décadas de 1800, com base, principalmente, nos textos de Mary Del Priore (2014; 2017), Maria José Rosado Nunes (2004), Sylrêa Maques Pereira (2012), Maria Lúcia Rocha-Continho (1994) e Regina Zilberman (2008), além dos relatos de Auguste de Saint-Hilaire (1974). Para tanto, a título de considerações iniciais, realiza-se uma breve apresentação do autor e de sua obra. Na sequência, contextualiza-se a mulher leitora do século XIX. Em seguida, apresenta-se o contexto histórico-social da época em que se passa a narrativa, a fim de compreender o papel da mulher na sociedade formada por imigrantes italianos. Por fim, a análise acerca-se da personagem *Giulietta* e seu desenvolvimento enquanto leitora de textos literários. Desse modo, a conclusão a que se chega é da existência de um contexto que dificulta o acesso à leitura e à literatura para a mulher, corroborando o estigma em relação à presença de mulheres no mundo letrado que marcou a sociedade ocidental durante séculos.*

**Palavras-chave:** *Leitura literária. Literatura e gênero. Mulher e literatura. José Clemente Pozenato. A cocanha*

#### Abstract

*This article aims to analyze the presence of the woman reader in the novel *A cocanha* (2000), of José Clemente Pozenato, represented by the character *Giulietta*, as well as the role of women in 19th century society, especially in the Italian colonization region in the last decades of 1800. To do so, firstly, it realizes a brief presentation of the author and your work. In sequence, contextualizes the woman reader of the 19th century. Then, it presents the social-historical context of the narrative, in order to understand the role of woman in the society formed by Italian immigrants. Finally, analyzes the character *Giulietta* and her development as a reader of literary texts.*

**Keywords:** *Literary reading. Literature and gender. Woman and literature. José Clemente Pozenato. A cocanha*

**Recebido em:** 18/02/2020.

**Aceito em:** 08/10/2020.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (Bolsista PROSUC/CAPES).

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (Bolsista PROSUC/CAPES).

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica. Cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras”.

John Edward Christopher Hill

## Introdução

José Clemente Pozenato é um escritor brasileiro, nascido no ano de 1938, na cidade de São Francisco de Paula, cuja obra, atualmente, é reconhecida pela crítica literária. O autor estreou na literatura em 1967, com participação na coletânea de poesia *Matrícula*, do Grupo Reunião. Em 1985, Pozenato publicou duas das obras mais aclamadas de sua produção, a saber, *O caso do martelo*, adaptada para a televisão e traduzida para o espanhol e o italiano, e *O quatrilho*, que viria a se tornar sua criação mais aplaudida, constituindo-se como um divisor de águas no sistema literário regional serrano, com adaptação cinematográfica em 1995, dirigida por Fábio Barreto, e concorrendo ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1996.

*O quatrilho* (1985) – adotando-se uma ordem histórico-cronológica do enredo, e não a ordem de publicação das obras –, integra a segunda parte de uma trilogia, que tem seu início marcado pelo romance *A cocanha* (2000) – que conferiu ao autor o Prêmio Açorianos de Literatura no ano de 2001 – e encontra seu desfecho em *A babilônia* (2006). Juntos, os três volumes compõem uma narrativa de reconstrução ficcional do processo de imigração italiana para o Sul do Brasil, perpassando questões que, além de romperem com a tradição laudatória da literatura debruçada sobre a temática da imigração, por apresentarem personagens muito mais humanas e reais – no sentido da verossimilhança externa –, dizem respeito ao surgimento e desenvolvimento da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul em aspectos históricos, políticos, religiosos e culturais.

O estudo dessa variedade de temas permite a contemplação de uma escrita que reafirma as qualidades do autor. Verificando-se o conjunto de sua criação, especialmente no que se refere às questões políticas e de relações de poder, presentes nas obras referidas, associadas ao contexto histórico e às ramificações do enredo ficcional, abre-se espaço à análise da sua narrativa a partir de um viés social crítico, em um recorte que visa à exploração dessas relações das personagens frente às injunções do tempo e do meio em que se encontram. Nesse sentido, o recorte que aqui se apresenta visa a explicar a questão dessas relações de poder no que diz respeito à mulher enquanto leitora na Região de Colonização Italiana (RCI).

*A cocanha* (2000) narra a trajetória de um grupo de camponeses pobres que deixam a pequena aldeia de Roncà em busca de uma vida nova na América. O romance desenvolve-se a partir do ponto de vista de um narrador extradiegético, isto é, um narrador que não participa da história como personagem, o que permite ao leitor ter acesso aos pensamentos das personagens e de acontecimentos com um ponto de vista mais amplo.

## A mulher migrante

Historicamente, sabe-se que a mulher geralmente esteve relegada a uma condição subalterna nas mais variadas esferas sociais. Assim, como exemplo, constata-se que o conhecimento filosófico, com base em Aristóteles, o direito canônico, de base judaico-cristã e o discurso político eram fundamentados no princípio da superioridade e autoridade masculina, em detrimento da mulher, julgada física, intelectual e socialmente inferior (ZINANI, 2015). Primordialmente destinadas à função única de cuidar das tarefas do lar, dos filhos e do esposo, durante séculos, as mulheres carregaram o fardo da opressão patriarcal e, com ele, a falta de oportunidade de estudar, trabalhar fora de casa e exercer os mais simples direitos civis, como o direito ao voto, por exemplo.

A situação das mulheres migrantes não era diferente. Excluídas inclusive de grande parte das narrativas – ficcionais ou não – que tratam da imigração italiana para o Brasil, as migrantes parecem ter sua participação quase completamente esquecida quando posta lado a lado com os grandes feitos realizados pelos “heróis da imigração”.

Não obstante tenham enfrentado mazelas ainda piores que as dos homens – tendo em vista que, para além dos percalços comuns da travessia nos navios, como as doenças, a precariedade das instalações e a má alimentação, as mulheres ainda estavam sujeitas a sofrer abusos sexuais, roubos, além de também serem responsáveis pelo bem-estar das crianças –, as mulheres que fizeram parte do grande fluxo de italianos que deixaram a Pátria de origem entre 1870 e 1920, datas aproximadas, pouca importância parecem ter no que diz respeito à formação da sociedade nas regiões de colonização italiana. Nesse sentido, conforme aponta Syrléa Marques Pereira (2012), mesmo as informações cedidas por mulheres descendentes de imigrantes italianos não constam em registros oficiais escritos, predominantemente marcados pela presença de vozes masculinas:

Isto porque, historicamente, as mulheres foram proibidas de participar do mundo letrado, sendo escrita e leitura consideradas inadequadas às mulheres, segundo os parâmetros de uma educação feminina que lhes negava o acesso ao mundo exterior, ao universo público, designado aos homens (PEREIRA, 2012, p. 273).

Dessa forma, milhares, provavelmente milhões, de mulheres viveram em terras distantes das suas sem que fossem sequer incluídas nos documentos e nas narrativas oficiais:

O fato de as mulheres não serem incluídas nos recenseamentos é muito significativo, pois demonstra que elas não conformavam uma comunidade imaginada, isto é: o deslocar-se, o lançar-se no mundo como alternativa de existência para as mulheres não chegaram a moldar as imaginações dos indivíduos e, portanto, eram situações que não estavam colocadas entre as possibilidades e formas de existência para tantas outras mulheres. Sem contar que as mulheres, ao não serem inseridas nos fluxos populacionais oficiais, os Estados aos quais pertenciam ficavam desobrigados de prever políticas para essa população que teoricamente não existia, porque não era imaginada (PEREIRA, 2012, p. 275).

Nesse contexto, a figura da mulher migrante, embora cercada de peculiaridades inerentes ao meio colonial no qual estava inserida, atuava majoritariamente no âmbito do lar, da cozinha, do bordado, do tratamento da horta e dos pequenos animais de criação, dos filhos, das roupas e, claro, do marido. Verdade é que, muito embora tenham sido apagadas

e invisibilizadas pela História tradicional, de uma forma geral, as imigrantes italianas trabalharam para ajudar a compor a renda familiar. Foram costureiras, lavadeiras e cozinheiras que se dedicaram ao trabalho doméstico (PEREIRA, 2012, p. 288).

No entanto, mesmo se ocupando de atividades essenciais à sobrevivência da colônia, essas mulheres sempre viram seus esforços minimizados, primeiro porque as ocupações por elas exercidas eram desempenhadas no interior de suas casas, ou seja, no mundo doméstico e, portanto, entendidas como inferiores ou mesmo subordinadas às atividades de produção públicas; em segundo lugar, por conta da tradição da sociedade patriarcal de atribuir às atividades realizadas pelos homens sempre um caráter de “arduosidade” e nobreza, ao passo que as tarefas correspondentes ao universo feminino geralmente eram caracterizadas como insignificantes ou imperceptíveis (PEREIRA, 2012, p. 288).

No que diz respeito à leitura, de acordo com Mary Del Priore (2017), pensar em educação no século XIX é remeter à precariedade das instituições educativas vigentes no Brasil. Os cursos de curta duração prevaleciam e abrangiam um público seletivo, compreendido por representantes masculinos de famílias abastadas e de representatividade social. A autora ressalta a má qualidade do ensino para as mulheres, uma vez que até mesmo os viajantes estrangeiros, em seus relatos acerca das vivências locais, destacam a diferença do acesso à educação formal entre os gêneros.

A ênfase em estudos de conhecimentos superficiais, como atributos para a formação das qualidades domésticas do feminino, agravou o ritmo lento e pouco promissor em que se desenrolava o cotidiano das senhoras brasileiras. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, em seu livro *Viagem ao interior do Rio Grande do Sul* (1821), por exemplo, apresentou as mulheres gaúchas subsumidas em comparação às francesas e suas atuações sociais além-mar. Observa-se:

Porto Alegre, 12 de julho [de 1821] – Um francês representante aqui de uma casa do Rio de Janeiro, veio convidar-me para passar a tarde em uma casa onde devia realizar-se um pequeno baile. Sabendo que essa era uma das casas mais recomendáveis de Porto Alegre não hesitei em aceitar o convite. Deparei, então, em um salão bem mobiliado e forrado de papel francês, uma reunião de trinta a quarenta pessoas, homens e mulheres. Como se tratavam de parentes e amigos íntimos, não havia luxo nos trajes. As mulheres vestiam-se com simplicidade e decência, sendo que a maior parte dos rapazes trajavam fraque e calças de tecido branco. Dançaram-se valsas, contradanças e bailados espanhóis. Algumas senhoras tocaram pianos, outras cantaram com muita arte, acompanhadas ao bandolim, a festa terminou entre pequenos jogos de salão. Encontrei modos distintos em todas as pessoas da sociedade. As senhoras falavam desembaraçadamente com os homens e **estes cercanias** de gentilezas, sem, contudo, demonstrarem empenho ou ânsia de agradar, qualidade quase exclusiva do francês. Ainda não tinha visto no Brasil reunião semelhante. No interior, como já reparei uma centena de vezes, as mulheres se escondem e não passam de primeiras escravas da casa; os homens não têm a mínima ideia dos prazeres que se podem usufruir decentemente. Entre as mulheres que vi na casa do Sr. Patrício havia algumas bonitas. Na maior parte eram muito brancas, de cabelos castanhos escuros e olhos pretos. Algumas graciosas, porém, sem aquela vivacidade que caracteriza as francesas. Os homens, também muito claros e de olhos semelhantes, na cor, aos das mulheres, eram grandes e

bem feitos; tinham modos destros, sem a brandura que caracteriza os mineiros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 38).

O comportamento diferenciado entre as estancieiras e as trabalhadoras do campo, diante de eventos típicos do período, enfatiza a falta de instrução delas. As mulheres camponesas ocupavam-se de trabalhos que não tinham relação com os conhecimentos estudados na escola, como bordado, etiqueta, francês e piano. Para elas, sobravam as atividades domésticas, a colheita da plantação, o cuidado das crianças e o trato dos animais.

Priore (2017) lembra que a instrução para o público feminino aumentaria o risco do controle sobre o comportamento de esposas e filhas; evitava-se a leitura e as práticas escritas, pelo medo de fazerem mau uso da arte. Os viajantes pontuaram, taxativos, que poucas eram as mulheres que sabiam ler. Todavia, aos poucos, via-se que o preconceito com a educação delas diminuía, uma mudança influenciada pelo padrão educacional europeu e norte-americano.

Aquelas que eram educadas em conventos, nos estudos de Priore (2017), não se satisfaziam mais apenas em estudar a arte de coser e a ler. A leitura deixa de ser uma prática anônima e toma espaço no cotidiano de uma nova categoria de leitores, a saber, o infante, o operário e a mulher. Tendência no sudeste do país, a imprensa galgou espaço para o público leitor feminino em suas publicações, inúmeros foram os folhetins e as revistas dedicadas às mulheres no final do século XIX.

Essa nova categoria de leitores fomentou a criação de clubes de leitura em voz alta e a circulação de novos gêneros e segmentos textuais, tais como romances simples, livros de culinária e sessões específicas nos jornais. Entre as crianças, a presença da literatura tinha objetivo educativo, sobretudo nas versões de almanaques e contos de fadas. Os homens continuaram a debater assuntos políticos e a interessarem-se por notícias. Ao sujeito masculino era dado o direito a frequentar reuniões e salões, o feminino, em contrapartida, dedicava-se às tarefas de casa e à criação dos filhos. Não obstante, recorre-se à história da imprensa no Rio Grande do Sul para pensar o público leitor feminino da época da imigração.

### **A imprensa no RS: história e participação feminina**

De acordo com Guilhermino Cesar (1971), a imprensa gaúcha teve início em 1827, movida por ideais políticos. A formação histórica rio-grandense atribuiu à conduta social características culturais cidadinas e provençais. Essa mescla conflui nas características literárias presentes nos jornais que circulavam, de acordo com Francisco das Neves Alves (1999), especialmente nas cidades de Rio Grande e Pelotas, por volta da primeira metade do século XIX. Os periódicos destinavam um espaço para a publicação de literatura, normalmente preenchidos com traduções de romances estrangeiros consagrados.

O intercâmbio textual iniciado na imprensa gaúcha proporcionou o contato com a Europa. A dependência social da cultura europeia, vinculada à literatura, resultou em um jornalismo literário. Nessa esteira, é possível reconhecer a importância das mulheres que publicaram suas produções nos periódicos. Para Jaqueline Rosa da Cunha (2008), no Rio Grande do Sul, os órgãos literários eram criados para regular a leitura e definir os temas mais apropriados ao público. As instituições atingiram o reconhecimento devido à sua

importância para a cultura na Província, visto que os livros tinham um alto custo.

A divulgação da literatura local, abordando principalmente a produzida por mulheres, transformou-se em um produto de trabalho. As relações sociais estabelecidas por elas fomentaram a sustentação dessa atividade literária, visto que a imprensa feminina funcionava como uma rede. A divulgação de suas letras passou a ser um gesto de amizade entre grupos letrados que queriam, de forma indireta, a divulgação de suas obras. Não raro, as criações vinculadas nos jornais iniciavam com dedicatórias e elogios aos leitores e amigos.

No Brasil, as mulheres oitocentistas sentiam a dificuldade de escapar das definições propostas para o gênero pelo olhar masculino. Relutantes, elas escreveram bastante, de jornais a romances. De acordo com Norma Telles, a trajetória feminina na literatura:

Foi travada, desde Nísia Floresta, por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar “o que os outros vão dizer” e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo primeiro de aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contidos (TELLES, 2004, p. 410).

As senhoras intelectuais da geração de 70 do século XIX, vivendo um período conturbado de transformações sociais, queriam a mudança da sociedade e elevação do nível cultural e material da população. Várias foram as que fundaram jornais com o objetivo de esclarecer leitores, informar e reivindicar seus direitos. Conforme Telles (2004), os periódicos pertenciam a mulheres de classe média e eram tantos que chegaram a formar uma rede de comunicação norte-sul, atenta às publicações e ações femininas no país. No Rio Grande do Sul, fios essenciais dessa rede foram o *Escreínio* e o *Corymbo*, ambos coordenados por escritoras.

### A mulher leitora na RCI

No romance *A cocanha* (2000), de José Clemente Pozenato, ora em análise, a mulher leitora é representada pela personagem Giulietta, uma das mulheres que compõem o grupo de imigrantes que deixa a vila de Roncà rumo à América. Giulietta, assim como a maioria das mulheres pertencentes a sua classe, esperava encontrar no casamento uma espécie de “fuga” da rotina dos labores pesados e de ser mandada por todos. Entretanto:

casada, foi morar com a família do marido. Aprendeu então que, antes ainda do marido, devia obediência a dois outros homens. Quando levava a polenta para a mesa, devia primeiro servir o pai do Antônio. A seguir o tio Oreste, um solteirão de mais de cinquenta anos. Depois dele, o marido. Finalmente, o cunhado Natalino, que ainda não tinha casado. Só depois de servi-los em ordem de autoridade podia sentar-se com a sogra, as cunhadas e as crianças, na escada que subia para os quartos de dormir, de prato na mão. E sempre atenta aos homens que comiam à mesa, de chapéu na cabeça. Se um deles fizesse um sinal, ou dissesse “tu, mulher”, ela devia dizer “senhor” e correr de imediato para atender (POZENATO, 2000, p. 42).

Essa condição subalterna não parece apresentar qualquer perspectiva de mudança

para Giulieta, nem mesmo com a vinda para o Brasil. A princípio porque, como era comum para as mulheres de seu tempo, sequer foi consultada sobre seu desejo de viajar ou não. “Um dia, Antônio avisou a ela que estavam inscritos [...]. Disse que iam embarcar e pronto” (POZENATO, 2000, p. 42). Nesse meio social, Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994, p. 28) aponta que a realidade familiar baseada no sentimento de mulher-mãe começa a ser usada “como um instrumento cultural para impedir a mulher de conhecer sua verdadeira condição de opressão”. Isso faz com que a mulher viva para o amor maternal e para a casa, afastando-se do mundo exterior e das decisões.

Ademais, o convento ensinara Giulieta a suportar tudo sem queixas e resignação, de modo que não protestou contra a decisão de seu esposo, a não ser com o silêncio. Maria José Rosado Nunes (2004) coloca que, desde o final do século XIX, as freiras encarregavam-se de tarefas importantes à sociedade, destacando-se a educação, a saúde e a assistência social. Por conta disso, as mulheres que antes não tinham acesso à instrução formal ingressavam nas instituições mantidas por irmãs. A igreja procurou “ajustar suas proposições às condições reais apresentadas pelas diferentes situações históricas e mantê-las em conformidade com as reações dos atores envolvidos no processo” (NUNES, 2004, p. 483).

Esses episódios permitem compreender o posicionamento da personagem frente a outros eventos. Descrita como uma mulher silenciosa, foi a única das cinco amigas, *le rondinèle*, a não se manifestar acerca da decisão de Betina de não partir para a América. Giulieta não tirava a razão da amiga em querer ficar, e até a entendia; para ela, Betina havia “encontrado um modo de fugir da gaiola” (POZENATO, 2000, p. 43), como ela mesma tantas vezes sonhara.

Inserida em um contexto que não lhe apresentava muitas perspectivas além do matrimônio submisso e de seu lugar de mãe e esposa, Giulieta não demorou muito para entrar na mira do conquistador Domênico Bonpiero, alfaiate também saído de Roncà, na qual deixara a mulher e os filhos, em busca de oportunidades, sim, mas também de liberdade longe da esposa e da prisão do matrimônio. Domênico se aproveitou da situação de Giulieta, claramente descontente em seu casamento, para dar início a suas investidas que, por fim, culminaram em uma relação extraconjugal entre as duas personagens. É justamente a partir desse relacionamento que a trama nos permite analisar o perfil da mulher leitora representado por Giulieta.

De modo diverso da grande parte das camponesas italianas, principalmente as que deixaram a Itália rumo à América no grande eixo migratório das últimas décadas do século XIX, Giulieta sabia ler. E isso se deve justamente ao fato de ter sido mandada para o convento por seus pais, quando jovem, a pedido do pároco, que havia solicitado uma “boa mocinha” para realizar serviços na cozinha: “Giulieta ficara algum tempo na casa das monjas, ajudando na cozinha e no refeitório. Tinha aprendido os modos mais finos” (POZENATO, 2000, p. 26). Lá,

ela era uma camponesa, boa para os serviços mais pesados. Mas aprendeu algumas coisas úteis. Preparar bacalhau com azeitonas, pôr uma mesa bem arrumada, bordar no bastidor, ser delicada com as pessoas. *Ficou também mais ávida com as leituras. A madre a fez ler a vida dos santos, e também um pouco de história e de geografia* (POZENATO, 2000, p. 41, grifo nosso).

É interessante notar que esse trecho, além de apresentar a inserção de Giulieta no

mundo da leitura, assim como da condição da mulher leitora – que, nesse contexto histórico-social, somente tinha acesso a leituras mais aprofundadas nos conventos, tendo em vista, como aponta Nunes (2004), as casas religiosas foram um dos poucos lugares em que, além de ensinarem prendas domésticas, as mulheres poderiam aprender a ler e a escrever –, deixa antever um caráter histórico sobre a leitura, a saber, o que diz respeito à prática da leitura acompanhada. De acordo com André Belo (2008), em diferentes épocas ao longo da história do livro e da leitura, muitas foram as estratégias utilizadas para condicionar, controlar ou reprimir os leitores e as leituras. Isso porque:

Por um lado, os poderes, fossem eles civis ou eclesiásticos, senhoriais ou coloniais, monárquicos ou republicanos, revolucionários ou contrarrevolucionários, paroquiais ou familiares, sempre tiveram consciência de que a relação do leitor com o texto tinha qualquer coisa de incontrolável e sempre defenderam a ideia de que existem boas ou más leituras, boas e más interpretações dos textos, dos livros, das imagens, dos discursos, do teatro, dos filmes. Todas as atitudes de censura dos poderes manifestam a vontade de impedir ou enquadrar a leitura e, como tal, podem transformar-se numa fonte para sua história [...] (BELO, 2008, p. 55-56).

Por outro lado, sabe-se que o controle das leituras não tinha apenas essa componente repressiva, de censura e proibição. Muitas vezes, devido a leitura ser uma prática socialmente enraizada, e não apenas individual, o discurso que pretende orientá-la articula-se em favor da manutenção de certas hierarquias, no caso em tela, em defesa de uma sociedade fundamentada em tradições extremamente patriarcais. Nesse sentido, conforme afirma Belo, as classes populares, isto é, as mulheres e as crianças, sempre estiveram entre os grupos privados de autonomia tanto para escolherem quanto para realizarem suas próprias leituras, devendo, portanto, serem acompanhados por “padres, pais ou tutores” (BELO, 2008, p. 46). Essa questão é especialmente relatada no trecho exposto alhures, em que o narrador fala sobre as leituras realizadas por Giulietta no convento, sempre orientadas pela madre.

Para além da relação de Giulietta com os livros durante sua estadia no convento, o interesse de Domênico por ela nos permite perceber que a personagem toma o hábito da leitura como uma atividade de distração dos cuidados domésticos e do bordado, conforme se lê em um diálogo entre os amantes:

– Já notei que gosta de ler – prossegue Domênico, mais à vontade. – Se quiser, posso lhe emprestar algum livro.

– Eu só tenho um livro, é de História Antiga – diz ela, parecendo também interessada. – A loba, Rômulo e Remo.

Domênico claramente se sente senhor da situação e seu tom se torna cada vez mais insinuante.

– O rapto das Sabinas – começa, mas logo se interrompe. – Também não tenho muitos livros. Pesam muito na bagagem. Mas trouxe alguns. Não quer ler? *I promessi sposi*? É um belo romance.

– *Romance?* – pergunta ela como se dissesse uma palavra proibida.



– Este não tem nada de mal – apressa-se ele em dizer antes que ela recuse. – Tem um padre, o Dom Abbôndio, que é uma simpatia, um santo homem. A Perpétua, uma santa mulher.

Não fala do amor de Lúcia e Renzo e do quanto tiveram de lutar por ele. As figuras de Dom Abbôndio e de Perpétua são mais tranquilizadoras.

– Pode trazer, se não for incômodo. Ajuda a passar as horas. (POZENATO, 2000, p. 151, grifos nossos).

Depois de ler o romance, Giulietta começa a apresentar traços de uma modificação quanto ao seu modo de pensar; de mulher calada e submissa, passa a demonstrar o desejo de viver uma paixão – que em seu imaginário só existia mesmo nos livros – semelhante à de Lúcia e Renzo, personagens d'*Il promessi sposi*, paixão essa que ela sabia impossível em seu casamento, tendo em vista que “Antônio, seu marido, não seria capaz de entender essas coisas” (POZENATO, 2000, p. 171). Noutro passo, ao mesmo tempo em que parece desacreditar da existência de um romance como o da história que agora povoava seus pensamentos, afirmava que “o único homem que conhecia, capaz de entender o que ela sentia, era Domênico. Mas ela não era louca para enfrentar um perigo desses” (POZENATO, 2000, p. 171).

Não obstante seus impulsos, Giulietta ainda sentia receio em alimentar sua imaginação, pois o livro, para além do romance narrado, lhe fazia lembrar-se da Itália, especialmente em uma passagem que havia memorizado:

Abriu o livro na passagem que estava relendo e quase sabia de cor: “*Addio, montis argentidall’acque*. Adeus, montes que brotam das águas e sobem ao céu. Aldeias esparsas branquejando nas encostas, como rebanho de ovelhas a pastar, adeus! Como é triste o andar de quem, nascido entre vós, vai para longe! Na fantasia até de quem parte voluntariamente, levado pela esperança de fazer fortuna em outro lugar, se desfazem, por um momento, os sonhos de riqueza; ele se espanta de ter tomado tal decisão, e voltaria atrás, se não pensasse que, um dia, irá retornar cheio de opulência”.

Giulietta fechou o livro e suspirou. Era triste, sim, estar longe da aldeia natal. O pior era não ter o consolo de um dia voltar com as mãos cheias de riqueza. *Não devia voltar a ler esse livro. Ele lhe estava fazendo mal*. Abriu o baú e guardou-o entre os lençóis. Estava na hora de acender o fogo e começar a preparar a janta (POZENATO, 2000, p. 172, grifos nossos).

Essa leitura feita por Giulietta, bem como sua consciência acerca do poder que o livro exerce em seu contexto são exemplos do impacto da literatura sobre o leitor, ou, no caso, sobre a leitora. Nessa esteira, retoma-se a afirmação de Belo (2008) sobre a proibição ou acompanhamento de certas leituras, assim como as palavras de Pereira (2012), ao relatar que, historicamente, as mulheres eram excluídas do mundo letrado, ou seja, proibidas de ler e escrever e, ainda, confirma as características referentes à contextualização histórico-social acerca da relação entre mulher e leitura no século XIX.

Nesse período, com o intuito de assegurar a permanência feminina ao espaço privado, demarcam-se certas características e capacidades que as mulheres deveriam apresentar. Entre elas encontra-se a relação natural com a criança, “que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribui ao sentimento

materno um ‘caráter inato’ e, portanto, compartilhado por todas as mulheres” (NUNES, 2004, p. 36). É por essa razão que a característica biológica, a saber, a maternidade que dá sentido ao corpo feminino, assume um significado social, pois, tradicionalmente, as oitocentistas se casavam e geravam filhos, cumprindo com as expectativas impostas ao gênero pelo patriarcado.

Outrossim, o desfecho de *Giulietta*, que, após alimentar um relacionamento extraconjugal com Domênico, engravida e é por ele esquecida, tendo de se consolar na infelicidade de seu casamento com as memórias do romance que vivera, apesar de não mencionar explicitamente, dá pistas de que, segundo seu entendimento, o que a levou à traição, para além dos maus-tratos que sofreu pelas mãos de seu esposo, foi também o querer sentir-se mulher e desejada, nutrido, por sua vez, pelas leituras que fez do romance, carregado de sua própria parcela de culpa e, portanto, esquecido em seu baú durante anos. O que se pensa sobre a recepção da literatura romanesca pela mulher, sendo considerada na sociedade analisada, como visto anteriormente, pernicioso, no sentido que é capaz de desviar as mulheres do bom caminho de esposa submissa, mãe zelosa e temente a Deus, também se confirma a partir das ações de Domênico, que se mostra consciente acerca dos efeitos que tal leitura seria capaz de surtir sobre *Giulietta*.

Ademais, partindo para uma análise acerca do título da obra, também é possível relacioná-lo à trajetória de *Giulietta*, isso porque o mito da *Cocanha* pode ser tomado como o ponto inicial de todo o processo de construção da identidade das personagens. No romance homônimo de Pozenato, as concepções da *Cocanha*, de acordo com João Claudio Arendt e Cinara Ferreira Pavani (2006), diferem de uma personagem para a outra e nem sempre coincidem com a definição do “*Paese di Cuccagna*”, citada em forma de epígrafe na obra. Para os autores:

Ao mesmo tempo em que a América se coloca como espaço utópico, no qual se deposita uma parte dos projetos individuais e coletivos, nota-se, por parte de algumas personagens, um deslocamento do foco para a realidade vivida, de maneira que, em vários momentos, a *Cocanha* apenas existe como pano de fundo para os acontecimentos históricos representados na obra (ARENDETT; PAVANI, 2006, p. 5).

A *Cocanha*, também conhecida como País das Maravilhas, existe no imaginário social europeu desde a Idade Média e, ao longo dos séculos, destacou-se como referência simbólica às populações assoladas por crises econômicas e sociais. Calcula-se que a primeira representação literária da *Cocanha* tenha surgido na França, em meados do século XIII, em forma de um poema que apresenta um país em que todos os prazeres carnavais são facilmente supridos. Com o passar do tempo, surgiram outras versões escritas e iconográficas, sempre adaptadas e manipuladas de acordo com as intenções de cada época e local.

O que importa para o presente estudo é que a projeção de espaços imaginários e/ou utópicos, como a *Cocanha*, está historicamente relacionada com o processo migratório de determinados povos em busca de terras onde pudessem construir uma sociedade estruturada na paz, no trabalho e na liberdade (ARENDETT; PAVANI, 2006, p. 2-3). Nesse sentido são as imagens referentes ao mito da *Cocanha* que orientaram as perspectivas das personagens sobre a América, e a forma como essas projeções se concretizam na nova terra.

Mesmo tendo em vista que as personagens não eram ingênuas a ponto de serem

piamente naquela Cocanha dos vulcões expelindo moedas de ouro, a existência de um sonho alimentado pela coletividade dos colonos italianos, em detrimento das mazelas enfrentadas no país de origem, apela “para os indivíduos comportarem-se de determinada maneira, suscitando a sua adesão a um sistema de valores, modelando seus comportamentos e capturando suas energias” (ARENDETT; PAVANI, 2006, p. 7). Nessa mesma esteira, o antagonismo da imagem de uma terra paradisíaca *versus* a imagem que os imigrantes tiveram ao chegarem à América, contrapondo-se, ainda, às “imagens do real”, corrobora a adaptação ao meio, em um longo processo de identificação, assimilação e aculturação.

Pensando a trajetória de Giulietta sob essa perspectiva, é possível perceber que a personagem é representada, desde o início, como uma mulher que também se mostra desejosa de melhores condições de vida. Não encontradas no casamento, e tampouco na América, Giulietta as vê se realizarem, ainda que de modo efêmero, no romance com Domênico. Todavia, tal qual o mito da cocanha, a aventura não tem o desfecho idealizado pela personagem, que não encontra outra alternativa que não a de permanecer ao lado do esposo, em um casamento malfadado.

### Considerações finais

A análise aqui efetuada pretendeu demonstrar o perfil da mulher leitora no século XIX, especialmente no que diz respeito à Região de Colonização Italiana no extremo-sul do Brasil, a partir da representação dessa figura na obra *A cocanha* (2000), de José Clemente Pozenato. Para tanto, a título de introdução, apresentou-se o autor e sua obra. Posteriormente, realizou-se a contextualização da mulher e sua relação com a leitura no recorte temporal efetuado. Por fim, a análise acercou-se da personagem Giulietta, a fim de demonstrar como o levantamento histórico realizado aplica-se à criação ficcional de Pozenato no que tange ao perfil da sociedade e da mulher leitora nela inserida.

Quanto à temática do julgamento severo e da discriminação da leitura, Regina Zilberman (2008) aponta que a relação com os livros deixou de ser neutra a partir da expansão tipográfica. Em 559 a Sacra Congregação da Inquisição Romana publicou a primeira versão do *Index Librorum Prohibitorum*. Mais adiante, boas e más leituras tornaram-se assunto recorrente em enredos literários, como, por exemplo, em *Don Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes. Na obra referida, o personagem fidalgo aparece lendo no seu tempo ocioso, chegando a vender suas terras para comprar mais títulos de cavalaria. Essas leituras que levam o cavaleiro a perder a consciência oportunizam refletir sobre a importância da literatura e sua influência no mundo do leitor, o extraliterário, fato que pode ser inferido pelas próprias personagens da história.

Doravante, a literatura assume um lugar ambíguo em relação aos efeitos que pode provocar no leitor, pois raros são entendidos de maneira favorável. A experiência de leitura da personagem, ora aqui analisada, aproxima-se da crítica da obra *Madame Bovary*, do francês Gustave Flaubert. O livro figurou na imprensa como uma leitura que poderia “desencaminhar ingênuas donzelas, subverter a ordem e ameaçar os valores patriarcais” (ZILBERMAN, 2008, p. 89). É o retrato de uma mulher que tenta escapar de sua realidade por meio do mundo literário, resultando na idealização do amor, inspirada nas histórias. A atitude censora se deve ao fato de que seu enredo versa sobre o adultério cometido pela protagonista, em virtude da infelicidade matrimonial que vivia.

Essa tendência atravessa a história da literatura e também está presente em *A cocanha* (2000). As cenas que apresentam Giulietta como leitora no Romance podem ser breves, mas, certamente, nos dão uma ideia da relação da mulher com a leitura no contexto ora analisado. De fato, a mulher leitora, além de ser vista como indigna de fazer parte do mundo letrado, também era tomada como ingênua e, portanto, dependente de restrições e acompanhamento em suas leituras, a fim de se evitar uma relação que prejudicaria sua imagem frente à sociedade. Dessa forma, durante séculos, as mulheres estiveram sujeitas a uma condição submissa nas mais variadas esferas sociais, limitando-se aos saberes domésticos, fato que impediu o seu reconhecimento em âmbito público.

## REFERÊNCIAS

- ARENDET, J. C.; PAVANI, C. América: a antiutopia da imigração italiana. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul: UCS v. 5, n. 9, p. 219-241, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/213/204>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BELO, A. **História & livro e leitura**. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- DEL PRIORE, M. **História da gente brasileira: Império**. v. 2. Lisboa: Leya, 2017.
- NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- PEREIRA, S. M. As mulheres e a imigração italiana no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 173, n. 457, p. 271-294, out./dez. 2012. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-457/item/108246-as-mulheres-e-a-imigracao-italiana-no-brasil.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- POZENATO, J. C. **A cocanha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao interior do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- ZILBERMAN, R. Recepção e leitura no horizonte da leitura. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-98, jan. 2008.
- ZINANI, C. J. A. Feminismo e literatura: apontamentos sobre crítica feminista. In: SEDYCIAS, J. (org.). **Repensando a teoria literária contemporânea**. 1. ed. v. 1. Recife: Editora da UFPE, 2015.